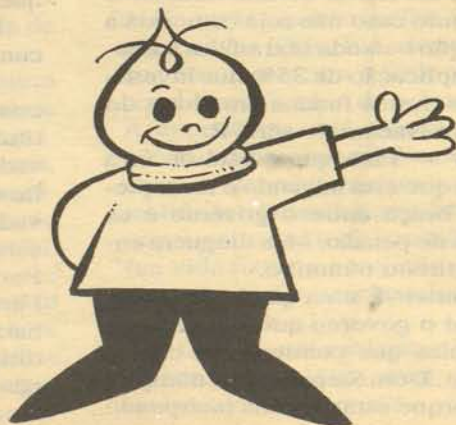


LINHA VIVA

Seminário Nacional de Previdência Complementar

SUCESSO TOTAL

Na terça-feira a Intersul, em conjunto com a Abrapp, realizou em Florianópolis o 1º Seminário Nacional de Previdência Complementar. O evento foi um grande sucesso. Mais de 500 pessoas compareceram ao auditório da Fiesc, entre eles dezenas de autoridades, sindicalistas e representantes de partidos políticos (ver análise na Tribuna Livre). Do encontro resultou um manifesto que transcrevemos ao lado. O Linha Viva desta semana é todo dedicado ao seminário tendo em vista a importância do tema para a categoria.



Repercussão

Da China

.Sem Limites

Participaram do seminário promovido pela Intersul e Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada) os diretores administrativos da Celesc e Eletrosul. Também entre eles as tentativas de intervenção do governo federal nas entidades de previdência fechada repercutiram muito mal. Eles temem os reflexos financeiros da determinação do governo federal de aplicar 35% das reservas técnicas dos fundos em letras do Tesouro Nacional, sem garantia de bons resultados na aplicação. Ao lado a opinião dos dois sobre o assunto:

"Ao receber a determinação fizemos uma avaliação e convocamos o superintendente da Elos para informá-lo que cumprisse a determinação. Depois, reunidos com os sindicatos, ficamos sabendo que a Intersul já estava na Justiça contra a medida, uma vez que era lesiva aos interesses das fundações. Não é justo que elas tenham que rigorosamente aplicar um índice muito alto em letras que não tem rendimento razoável. Nesta reunião a Elos pediu o apoio de todos para que, nestes 90 dias, vá se interpondo recursos para que se consiga uma liminar e a opinião pública e contribuintes sejam esclarecidos que o negócio não é da China". Ilário Pasin, diretor administrativo da Eletrosul

"É uma intromissão em propriedade alheia. Já que não podem fazer isto com as entidades de previdência privada, tentam fazer com as estatais. A resolução é absurda e extemporânea. Além de tudo se a aplicação causar déficit, quem vai pagar o rombo é a patrocinadora. Por estatuto, a Celesc é obrigada a cobrir o déficit da fundação. Se a Celos não for bem, a Celesc é quem vai marchar. Tudo isto repercute na gestão da empresa, negativamente, e por isto é uma intromissão sem limites." Paulo César da Silveira, diretor administrativo da Celesc.

Carta de Florianópolis

Os participantes do 1º Seminário Nacional de Previdência Complementar, reunidos em Florianópolis, tendo analisado a situação da seguridade social no Brasil, o papel da previdência complementar e o cenário político do País, ordenando os princípios e objetivos em torno dos quais se alinham, no presente, as entidades de Previdência Complementar Privada, resolveram consubstanciá-los nesta Carta de Florianópolis.

O difícil momento conjuntural requer a consciência e participação da sociedade. Em consequência, concitam as lideranças sociais e políticas para o equacionamento da problemática previdenciária brasileira. Visando a conferir estabilidade às entidades e a seus participantes, esta Carta defende os seguintes princípios:

1 - A seguridade social compreende o conjunto dos direitos à previdência, à saúde e à assistência social, ainda que as fontes de custeio sejam diferenciadas por função. Este conceito deve ser mantido na Constituição Federal, por ser o mais adequado e adotado pelo mundo moderno.

2 - A seguridade social de modo amplo e a previdência em especial constituem responsabilidades conjuntas do Poder Público, das entidades que a complementam e da sociedade.

3 - As Entidades Fechadas de Previdência Complementar Privada possuem caráter social, pela natureza dos seus fins e por não distribuírem lucros, integram o Título VIII "Da Ordem Social" na Constituição Federal.

Quanto ao Projeto de Lei Complementar, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, os participantes do seminário posicionam-se em defesa da Lei 6.435/77, e da fiel observância dos seguintes preceitos:

1 - Respeito ao direito privado e aos contratos de adesão firmados entre entidades e participantes, e entre as entidades e patrocinadoras, de modo a preservar a estabilidade das relações jurídicas amparadas na Carta Magna.

2 - Preservação dos planos existentes e a proteção dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos por seus

participantes, que contribuem e contribuíram para a percepção dos benefícios contratados.

3 - Fim das aplicações compulsórias das reservas das Entidades de Previdência Complementar privada e a total desregulamentação dessa matéria, necessárias à plenitude do Estado de Direito.

4 - Supressão das ingerências do Poder Público na gestão das Entidades de Previdência Complementar, por serem privadas, como a Constituição as define.

5 - Permissão a outros segmentos da sociedade para constituírem Entidades de Previdência Complementar, como cooperativas e entidades de classe, patrocinadas por uma ou mais organizações.

6 - Efetivo funcionamento do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) como órgão responsável pela fixação dos critérios de garantia das obrigações das Entidades perante seus participantes.

7 - Rigorosa fiscalização das Entidades de Previdência Complementar Privada, pelo Poder Público, visando assegurar o desenvolvimento de alto nível de profissionalização da gestão, cercada de requisitos e critérios éticos, mediante regras estáveis, transparentes e participativas, considerando-se que o exercício da fiscalização, das diretorias fiscais e das interventorias, igualmente, deve ser caracterizado pelo ordenamento legal e pela competência técnica.

8 - Democratização da gestão das Entidades de Previdência Complementar Privada, instituindo-se a representação por eleições diretas dos participantes em todos os órgãos de direção e nos conselhos de administração e fiscal das entidades.

Por estes princípios e objetivos os participantes do Seminário lutarão, conscientes de suas responsabilidades, pelos dois milhões de participantes diretos e oito milhões de beneficiários do Sistema de Previdência Complementar Privado, os quais constituem sua força e seu estímulo.



Auditório da Fiesc ficou lotado



"Esta história de obrigar aplicar dinheiro em letras do governo é inconstitucional. O governo tem de parar de desarmar o que está bem feito, ou no mínimo, não atrapalhar. Será que já pensaram o que significa tirar do mercado 8 bilhões de dólares para aplicar em NTN's. Vai afetar tudo! O papel do governo é deixar o mercado funcionar."

Victor Faccioni - deputado federal - PPR/RS

"Os fundos se constituem num grande patrimônio do trabalhador. É uma conquista e não devem sofrer a interferência do governo de forma inopinada. A recente medida é autoritária e visa apenas a formação de caixa para o governo."

Zuleika Lenzi - vereadora - presidente PMDB/SC

"A posição do meu partido, em linhas gerais é de defesa da autonomia e transparência dos fundos. Estou apenas estranhando neste seminário é o cinismo do representante do PPR. Ele se diz contrário à intervenções, mas se esqueceu que foi o seu partido no governo quem mais normalizou a vida deste país. O Delfim Neto foi o 'papa' das intervenções."

Ricardo Barattieri - Representante do PDT/SC

"Quando uma coisa dá certo, vem o governo e complica. Este ato contra as Fundações estatais, é discriminatório. Este dinheiro não é do governo, mas de quem vai se aposentar. Os fundos além de um mecanismo de poupança ativam o mercado e fazem uma distribuição mais equitativa da renda nacional. Estes 30 bilhões de dólares dos fundos não foram acumulados aleatoriamente e não estão parados. Desde a Constituição de 88 tenho uma preocupação: as entidades financeiras, via seguradoras, querem abocanhar esta parcela de renda. Sinto que estão ocupando espaço na mídia, eles tem poder, a publicidade é grande." Koyu Iha - deputado federal - PSDB/SP.

"Na minha gestão na Celesc foi criada a Fundação Celos. Naquela época a empresa estava ao sabor das injunções políticas e o quadro funcional por causa disto era instável. Imaginamos que a forma ideal para se constituir um quadro de pessoal regular, identificando com a empresa seria a criação desta previdência. O trabalhador iria ficar na Celesc porque estava assegurado. Hoje, graças a isto, temos lá um nível de profissionalismo excelente. Desde então a empresa passou por várias facções políticas sem danos maiores. Reconheço que no começo houveram distorções, mas hoje vejo a empresa com uma memória, uma estrutura apta de consertar o que está errado."

Osvaldo Douat - presidente da Flesc

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Conselho Editorial: Fábio Pedro Dal Bó, Arno Veiga Cugnier, Mauro G. Passos, Glauco C. Marques, Sovenir Mácio Dias e Luiz Cézare Vieira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal Diário Catarinense. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866 Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



"O meu partido está na defesa dos fundos de pensão. Na revisão constitucional vamos lutar para que não hajam mudanças porque a lei atual contempla perfeitamente a matéria. Já o projeto de lei que reformula a lei que rege estas instituições, encaminhado pelo governo, só muda a legislação para as estatais. Nos acreditamos que a lei atual é boa, só necessitando de aperfeiçoamentos. O importante é que se dê mais liberdade na gestão dos recursos dos fundos, que não haja interferência do governo e que estes organismos sejam dirigidos por um colegiado, com membros eleitos. Fico satisfeito de ver tanta gente neste seminário, de ver que os eletricitários estão discutindo este tema, pois mais importante que discutir salários é discutir a Previdência."

Paulo Bernardo, deputado federal - PT/PR

Leonel José Carvalho de Castro, diretor jurídico da Abrapp, acredita que somente um grande movimento nacional impedirá que o governo faça com os fundos de pensão o mesmo que fez com os antigos institutos.

Os sinais disso são evidentes e o mais recente, que ele chama de "AI-6: uma obra de Dom Stepanenko I (o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko)", é uma determinação, típica de ditaduras, que obriga os fundos a aplicarem 35% de suas reservas técnicas na compra de títulos do governo federal (as NTN-R). Se isto acontecer todos fundos de estatais passarão por dificuldades financeiras. Para ele as semelhanças com o episódio "Sade", são alarmantes.

Durante o seminário, Leonel de Castro falou com o Linha Viva sobre estes ataques aos fundos de pensão e deu a posição oficial da Abrapp, que caminha ela escolheu para enfrentá-los, e demonstrando otimismo diz acreditar que tudo se resolverá juridicamente.

LV - Resumidamente, o que é que está acontecendo?

Leonel - O que há é uma ameaça do ministro do Planejamento contra os dirigentes dos fundos de estatais. Ele diz que irá exonerá-los, suspender as contribuições das patrocinadoras e até retirar definitivamente o patrocínio caso não seja cumprida a resolução baixada sexta-feira passada de aplicação de 35% dos investimentos destes fundos em Notas do Tesouro Nacional - série R.

LV - Para quem está de fora parece que está havendo é uma queda de braço entre o governo e os fundos de pensão. Mas ninguém entende direito o motivo.

Leonel - É uma queda de braço, na qual o governo quer ameaçar os dirigentes que continuarem com a Abrapp. Dom Stepanenko I não quer isto porque estamos nos interpondo

ATAQUES AOS FUNDOS SÃO ATOS ILEGAIS, TÍPICOS DE DITADURAS



Leonel de Castro, o jurista da Abrapp

juridicamente contra este desmando. É tudo, no mínimo, inconstitucional. Começou com o ministro Fernando Henrique Cardoso baixando um decreto obrigando que se investisse nas NTN's. Isto inviabilizaria os fundos. Estes títulos são vencíveis em dois e 10 anos, ambos corrigidos pela variação do dólar. Os com vencimento em dois anos pagarão juros de 8% ao ano no resgate. Os de 10 anos terão juros mensais e o resgate só pode ser feito a partir do décimo ano e no prazo de 10 anos (total= 20 anos). O que fizemos foi entrar com um mandado de segurança. Preceitos constitucionais estão sendo infringidos. Só para citar alguns: o direito à propriedade, a isonomia no tratamento (é só para as estatais), é uma desapropriação e um empréstimo compulsório ou imposto inominado. Quer dizer: está tudo errado. Af o ministro da Fazenda convocou uma reunião só para dizer que tudo aquilo era "obrigatório" e que ele não admitiria rejeição.

LV - Não existe uma maneira de contornar isto?

Leonel - As entidades querem concorrer em leilões para compra de títulos públicos, como os bancos privados, que são concessões federais, fazem. Os fundos são entidades privadas. Não tem a obrigação de se submeter a uma vontade imperial. Por isto não foi feito acordo e o Fernando Henrique se revoltou e af baixou a resolução que ameaça os dirigentes dos fundos de estatais se não retirarem os mandados de segurança.

LV - Há algum risco para estes fundos?

Leonel - As ameaças não tem base constitucional porque o patrocínio é um contrato feito com uma entidade fechada, ou seja uma lei entre as partes, um contrato particular. A relação entre os fundos de pensão e os participantes também é um contrato particular, não podendo haver qualquer ato capaz de anular este contrato. Eles são atos jurídicos perfeitos, aprovados até pela Secretaria de Previdência Complementar, insuscetíveis de rescisão.

LV - E os que já estão aposentados?

Leonel - Os aposentados e pensionistas estão diante de direitos adquiridos também protegidos pela Constituição (inciso XXXVI, do artigo 5º da Constituição de 1988). É uma "cláusula pétrea", ou seja, não pode ser retirada nem pela revisão constitucional.

LV - Paralelo à luta jurídica o que se está fazendo?

Leonel - As entidades, através da Abrapp, vem procurando o entendimento com o governo, até para adquirir estas notas, desde que com rentabilidade de juros assegurada e correção monetária.

LV - Que semelhança existe entre esta situação e o episódio Sade?

Leonel - Se os dirigentes destas entidades não conseguirem um acordo com o governo, mas também não defenderem a entidade em juízo, estamos diante praticamente dos mesmos ilícitos da época de Collor, quando atendendo a "determinações do burocrata de plantão" acabaram fazendo investimentos desastrosos causando déficits nas fundações que darão lugar a investigações, inquéritos e novas CPI's. É a mesma coisa que aconteceu com a Sade e a compra de certificados de privatização. A experiência está nos mostrando que todos homens públicos quando chegam ao poder perdem o senso de realidade e passam a atos arbitrários esquecendo que tudo isto refletirá na sua vida futura e ensinarão procedimentos jurídicos contra eles.

LV - E qual a relação disto com o momento político atual que é da revisão constitucional?

Leonel - A relação é grande. O governo desejava colocar na Constituição restrições aos fundos, mas a matéria não é constitucional e sim da legislação ordinária. Af apareceu o Projeto de Lei 6435/87, apresentado pelo ex-ministro Antonio Brito, quando estava deixando o cargo. Ele passou pelo Presidente Itamar e virou o Projeto 178/93 que está agora no Congresso e revoga por inteiro a legislação em vigor sobre as entidades fechadas. Interessante é que a lei é preservada para as entidades abertas. O que se pergunta é: se a lei é boa para as abertas, que captam dinheiro do público, mediante agências bancárias, pagando juros de apenas 6% ao ano sobre o capital investido, porque a lei não é boa para



as entidades fechadas custeadas pelos trabalhadores e suas empresas, que não distribui lucros para seus acionistas, agregando ganhos aos fundos e pagando pontualmente seus compromissos? Onde existem os fundos são sucesso absoluto. Nos EUA são 90 milhões de participantes e mais de 3 trilhões de dólares acumulados (47% de estatais, 40% privados e o resto de pequenas iniciativas). Na Inglaterra o capital dos fundos chega a 1 trilhão de dólares, já atingindo no Japão e Alemanha - onde os fundos são mais jovens - reservas de 800 milhões de dólares. Como é possível que no Brasil, com 2 milhões de participantes diretos, 8 milhões indiretos e uma reserva modesta de 29 bilhões de dólares queira o governo apoderar-se deste pequeno patrimônio, formado em menos de 15 anos, para resolver seus problemas?

TRIBUNA LIVRE

O Brasil é um país sui-generis

Mauro Passos
Presidente Sinergia

Definitivamente o nosso país é imprevisível. Todos sabemos que o nosso maior problema é a vergonhosa e insustentável situação social. Organizações nacionais e internacionais e a própria constatação nas ruas nos apontam para esta triste realidade. Aqui, ao contrário do esperado, um renomado sociólogo abandona suas teses e transforma-se num tributarista insaciável. Como um cão farejador, sai à caça do que o satisfaz. Dinheiro, é o que ele quer. De preferência fácil e barato. Para isto, ao invés de atacar a sonegação tributária (cerca de 50% dos tributos são sonegados), prefere o nosso ministro investir sobre os Fundos de Pensão. Duas resoluções simultâneas, uma do ministro Fernando Henrique e outra do ministro Stepanenko, repletas de inconstitucionalidades e arbítrios, são os instrumentos utilizados para abocanhar 35% das reservas dos Fundos de Pensão. Ao contrário do que o governo esperava com suas ameaças explícitas inseridas nestas Resoluções, a reação foi imediata e contundente. A Abrapp de imediato, entrou com Mandado de Segurança contra o Banco Central. A Ambev - Associação dos Aposentados da Petrobrás - já obteve, no último dia 29, liminar na 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Os sindicatos, por sua vez, prepararam ações contra as Fundações para que elas não se submetam a estas Resoluções. Em Florianópolis, em pleno verão, mais de 500 pessoas participaram de um importante debate sobre o tema. O que aparentemente parecia um caos, serviu na prática para despertar o consciente de todos os envolvidos (Abrapp, dirigentes de fundações, dirigentes sindicais, dirigentes das patrocinadoras, parlamentares e participantes dos fundos) para a importância dos fundos e para a necessidade de preservá-los de orientações de governo, ilegítimas e levianas. Cabe lembrar que em passado recente os Fundos já foram alvo deste tipo de orientação. O episódio da compra de ações da Sade, tem que ser sempre lembrado. O Curador que denunciou a falcatura, com o objetivo de resguardar os fundos, foi demitido. O dirigente sindical que tornou público este escândalo, foi processado. A quadrilha que idealizou e implementou este golpe continua por af, impunemente. O Brasil é mesmo um país sui-generis.



PROGRAMAÇÃO DO CIC

Esta é a programação do Centro Integrado de Cultura até a próxima terça-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio do Sindicato com o CIC.

Dia 03 de fevereiro (Quinta-feira) -
19h15min *Arizona Dream* -
21h40min *Como Água para Chocolate*

Dia 04 de fevereiro (sexta)
-21h40min *Como Água para Chocolate*

Dia 05 de fevereiro (Sábado) -
19h45min *Como Água para Chocolate* -
21h45min *A Grande Melancia*

De 06 (domingo) a 8 de fevereiro (Terça) -
19h45min *Como Água para Chocolate* -
21h45min *A Grande Melancia*

RESENHA CRÍTICA
Itália, 1993. Realização Francesca Archibugi (Direção e roteiro). Duração 1h45min.

A crítica italiana foi unânime nos elogios a este filme de Francesca, 33 anos, vencedora de vários prêmios David Donatello (o Oscar italiano): melhor filme, melhor ator e melhor roteiro. O título vem da revista em quadrinho que conta a história de Linos na busca de um lugar especial: uma horta de melancias sinceras o suficiente para que a grande melancia apareça, que, na verdade nada mais é que o símbolo da sinceridade existente na vida adulta.

Professor é exemplo de resistência

Há 43 anos o economista, especializado em cálculo atuarial, Professor Rio Nogueira vem lutando contra a ganância dos bancos. Professor da UFRJ, em 1951 começou sua carreira ligada à previdência como diretor do IAPETEC e INSS. Sua empresa foi quem realizou o primeiro estudo atuarial do Brasil (em 1963 para estudar a criação da Petrus, fundo de pensão dos empregados da Petrobrás). A briga do Professor Rio Nogueira é contra o Bradesco, Itaú, Roberto Marinho e ele não desanima. Acredita firmemente que vai ganhar esta guerra, a favor de uma previdência digna para a população brasileira.



Rio Nogueira:
lutando contra ganância

Professor - A Petrus se mantém dentro de um equilíbrio montado na solidariedade contributiva da massa atual para as gerações futuras e jamais deixou de ter recursos para garantir os benefícios supletivos. Naturalmente se houver um aumento extraordinário dos salários da massa ativa, e uma retração da previdência oficial, virá o desequilíbrio. O sistema da Petrus é sólido, com um patrimônio da ordem de três bilhões de dólares. Mas se a Petrobrás deixar de admitir pessoas, se a massa envelhecer, se houver a terceirização é claro que haverá a necessidade de uma revisão atuarial, prevista na lei. Tudo tem que ter acompanhamento atuarial contínuo, porque o sistema é montado dentro de um plano de custeio que tem que ser acompanhado e revisto como se fosse um foguete apontado para a lua e você tem acompanhá-lo para que não acabe na órbita do sol. De um ano para outro as alterações espectrais de risco, a política de admissão de novos empregados, política salarial, tudo reflete profundamente nas complementações.

LV - Numa comparação com a década de 50, como estamos agora em termos de assistência previdenciária ao brasileiro?

Professor - São "entidades fechadas de previdência" (eu me recuso a chamá-las de fundos de pensão por ser uma cópia do jargão norte-americano "pension fund"). No Brasil foi feito sem qualquer modelo de imitação de outro país, nós fomos atacando diretamente a problemática da previdência brasileira. Eu era diretor do IAPETEC e depois do INPS, conheço as mazelas de previdência oficial. Todo projeto foi construído dentro de uma ética verde-amarela, uma ética brasileira, procurando dar apoio às famílias do trabalhador. Houve de fato, na partida do processo, uma postulação ética fundamental, que foi longamente elaborada com a experiência que se tinha de previdência oficial. No Brasil a gente tem um sistema bonito, infelizmente o governo....

LV - O que está acontecendo?

Professor - O que está acontecendo na verdade é a pressão econômica da Bradesco Previdência Privada, do Unibanco, Bamerindus, Banco Nacional (que criou a Prevê), entidades que querem explorar lucrativamente a previdência. Elas recebem as contribuições e aplicando-as a juros elevados, mas creditando aos participantes juros de 6% ao ano, ganham os diferenciais em lucros e enriquecem. Entendo que até mesmo no regime capitalista o lucro pertence às pessoas que investem o dinheiro e quem investe o dinheiro é o participante e a patrocinadora, mas não é o intermediário que é a Bradesco, a Prevê, o Itaú, a Roma do Roberto Marinho. Tudo isso compõem pressões enormes. Eles compram os espaços nos jornais, a mídia divulga apenas o que eles dizem. Quando a Abrapp quer entrar se defendendo, recusam o espaço, ou cobram fortunas.

LV - Diante disto, qual sua previsão. O que acontecerá?

Professor - As empresas seriam levadas a criar sistemas fechados de previdência, que por não terem fins lucrativos, não haveria um intermediário se apossando dos lucros. Quando estes lucros existem, na forma de reservas de contingência, reverterem para as próprias empresas, na forma de rebaixamento das taxas de contribuição e para os próprios participantes através de melhoras nos planos de benefício. Então racionalmente as empresas seriam levadas a criar entidades fechadas. Foi por isto que o processo se iniciou e se desenvolveu. Mas, quando o governo começa a perseguir em vez de proteger, com estas pressões que estamos aí assistindo há um recuo. É por isto que a partir de 1985, projetei um sistema, que foge disto. São os institutos assistenciais, que ainda não tem a fiscalização do governo.

LV - Como funcionam?

Professor - Criamos para os advogados, para os engenheiros, estamos criando para os médicos, para várias empresas, um instituto assistencial que não tem nenhuma obrigação, por enquanto, de vincular-se ao governo, ao ministério. Ele pode aplicar seus fundos livremente, por enquanto.... porque depois de algum tempo o governo vai novamente inventar alguma coisa, e os nossos adversários são justamente os mesmos bancos. A minha luta com os bancos, tem agora 43 anos. Temos que ganhar porque é a lógica vencendo a ganância lucrativa. O que falta é a promoção, a divulgação. É uma luta que acabo ganhando.